



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Educação

Departamento de Ciências Sociais e Educação

Ravenna Maria Pereira da Silva

**Educação para as drogas na abordagem da Redução de Danos: Relato de
experiência de prática educativa no ensino básico do Complexo da Maré,
Rio de Janeiro.**

Rio de Janeiro
2024

Ravenna Maria Pereira da Silva

Educação para as drogas na abordagem da Redução de Danos: Relato de experiência de prática educativa no ensino básico do Complexo da Maré, Rio de Janeiro.

Artigo Científico apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Pedagogia para o Departamento de Ciências Sociais e Educação, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

Orientador (a): Prof.^a Dra. Maria de Lourdes da Silva

Rio de Janeiro
2024

Ravenna Maria Pereira da Silva

Educação para as drogas na abordagem da Redução de Danos: Relato de experiência de prática educativa no ensino básico do Complexo da Maré, Rio de Janeiro.

Artigo Científico apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Pedagogia para o Departamento de Ciências Sociais e Educação, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

Aprovada em 05 de ABRIL de 2025.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Maria de Lourdes da Silva
Faculdade de Educação - UERJ

Prof. Dr Eduardo dos Santos Silva (Examinador)
Grupo de Pesquisa Educação e Drogas - GPED - UERJ.

Rio de Janeiro
2024

RESUMO

SILVA, Ravenna M. P. Título: Educação para as drogas na abordagem da Redução de Danos: Relato de experiência de prática educativa no ensino básico do complexo da maré, Rio de Janeiro. Artigo Científico – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

Este trabalho tem como objetivo relatar uma ação realizada por meio de uma oficina em uma escola pública do município do Rio de Janeiro, buscando entender, a partir das experiências desses jovens, como são os usos, a frequência do uso e os espaços que fazem o consumo de drogas, e quais tipos de drogas são as mais conhecidas e as pouco conhecidas, no contexto de estudantes residentes no Complexo da Maré, bairro com forte atuação do comércio de drogas ilegais. A proposta da oficina explorou, por meio de debates, fazer um diálogo da compreensão dos jovens sobre drogas com os conhecimentos científicos produzidos sobre a temática, numa perspectiva da redução de danos (RD). Foi possível delinear, a partir da literatura e da experiência, fatores que apontam a carência dessas abordagens em sala de aula, tanto na dimensão macro, quando se tem leis e políticas educacionais que propõem um currículo mínimo no ensino básico público e da formação continuada dos professores, como na dimensão micro, onde percebemos uma sociedade que ainda carrega muitos estigmas e preconceitos sobre a temática das drogas, tendo em vista que exige-se uma consciência coletiva ampliada sobre um fenômeno complexo. Foi possível entender que os jovens, residentes no complexo da maré, são altamente impactados pelo projeto de guerra às drogas, visto que além da ausência de um sistema de ensino que contribua na formação de jovens críticos e conscientes na busca por superar as próprias vulnerabilidades, há também, as duras incursões policiais que instalam um cenário de temor, e afeta o desenvolvimento das mais diversas dimensões sociais, psicológicas, pedagógicas e financeiras na vida desses indivíduos.

Palavras-Chave: Drogas. Educação Básica. Ensino Fundamental. Redução de Danos.

RESUMEN

SILVA, Ravenna M P. Título:*Educación sobre drogas en el enfoque de Reducción de Daños: Informe de experiencia de la práctica educativa en educación básica en el Complexo da Maré, Río de Janeiro*. Artigo Científico – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

Este trabajo tiene como objetivo relatar una acción realizada a través de un taller en una escuela pública de la ciudad de Río de Janeiro, así como comprender, a partir de las experiencias de estos jóvenes, cuáles son los usos, la frecuencia de uso y los espacios donde se consumen las drogas, qué tipos de drogas son las más conocidas y las menos conocidas, en el contexto de estudiantes que viven en el Complexo da Maré, un barrio con fuerte presencia en el tráfico ilegal de drogas. La propuesta del taller exploró, a través de debates, crear un diálogo entre la comprensión de los jóvenes sobre las drogas y el conocimiento científico producido sobre el tema, desde una perspectiva de reducción de daños (RD). Fue posible esbozar, a partir de la literatura y la experiencia, factores que apuntan a la falta de estos enfoques en las aulas, tanto en la dimensión macro, cuando existen leyes y políticas educativas que proponen un currículo mínimo en la educación básica pública y la formación continua de los docentes, como en la dimensión micro, donde vemos una sociedad que aún carga con muchos estigmas y prejuicios sobre el tema de las drogas, considerando que se requiere una mayor conciencia colectiva sobre un fenómeno complejo. Se pudo entender que los jóvenes, residentes de barrios periféricos como el Complexo da Maré, se ven altamente impactados por el proyecto de guerra contra las drogas, ya que además de la ausencia de un sistema educativo que contribuya a la formación de jóvenes críticos y conscientes en la búsqueda de superar sus propias vulnerabilidades, también existen duras redadas policiales que instalan un escenario de miedo, y afectan el desarrollo de las más diversas dimensiones sociales, psicológicas, pedagógicas y financieras en la vida de estos individuos.

Palabras clave: Drogas. Educación Básica. Educación elemental. Reducción de Daños.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 –	Alunos que tiveram contato ou fizeram uso de drogas.....	21
Gráfico 2 –	Espaços frequentados para o consumo.....	22
Gráfico 3 –	Drogas mais consumidas indicadas pelos jovens.....	23

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	8
1	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	10
2	REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1	Abordagens na Redução de Danos(RD).....	13
3	METODOLOGIA	15
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	17
	CONCLUSÃO	24
	REFERÊNCIAS	26
	ANEXO A – Questionário 1	28
	ANEXO B – Questionário 2	29

Educação para as drogas na abordagem da Redução de Danos: Relato de experiência de prática educativa no ensino básico do Complexo da Maré, Rio de Janeiro.

Ravenna Maria Pereira da Silva

Introdução

Este trabalho tem como objetivo relatar uma ação realizada por meio de uma oficina em uma escola pública do município do Rio de Janeiro, assim como entender, a partir das experiências desses jovens, como são os usos, a frequência do uso e os espaços que fazem o consumo de drogas, e quais tipos de drogas são as mais conhecidas e as pouco conhecidas, no contexto de estudantes residentes no Complexo da Maré, bairro com forte atuação do comércio de drogas ilegais. A proposta da oficina explorou, por meio de debates, fazer um diálogo da compreensão dos jovens sobre drogas com os conhecimentos científicos produzidos sobre a temática, numa perspectiva da redução de danos (RD), conceito este, que se opõem a um modelo proibicionista e punitivista, ainda muito presente no ambiente escolar.

Essa ação justifica-se na ausência de debates em sala de aula a respeito da temática das drogas, e na busca por ampliar os relatos de experiências e pesquisas no que diz respeito ao campo da Educação para as Drogas. Assim, espera-se que os debates possibilitem uma experiência educativa que promova autonomia e senso crítico (Freire, 2004), na promessa de que os jovens possam refletir “sobre os modos mais seguros de usos e os meios de minimizar seus danos” (Coelho, Monteiro, 2017.)

O abuso de álcool, cigarro e drogas ilícitas é um comportamento que se mostra comum entre os jovens em idade escolar. Segundo o III Levantamento Nacional Sobre o Uso De Drogas Pela População Brasileira (2017), 34,3% dos os jovens com idade entre 12 a 17 anos já fizeram consumo de álcool. Nesse estudo estima-se que a média de idade para o primeiro consumo entre menores de 18 anos seja aos 13 anos, tanto das substâncias lícitas como das ilícitas.

A Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar - PeNSE (2022) realizou uma análise dos indicadores das pesquisas anteriores realizadas entre 2009 a 2019, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, com estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental de escolas públicas e privadas de todas as capitais brasileiras. Apontou que no ano de 2019, 24,4% dos estudantes indicaram o consumo de cigarro alguma vez na vida, e 13,1% indicaram o consumo pela primeira vez antes dos 14 anos. Quanto ao álcool mostra que 67,4% das estudantes do sexo feminino e 58,8% dos estudantes do sexo masculino responderam já terem consumido um copo ou dose de bebida alcoólica alguma vez na vida. No que diz respeito aos

alunos das escolas públicas 70,7% indicaram que tomaram bebida alcoólica antes de completar 14 anos. No indicador “outras drogas”, que refere-se às drogas ilícitas, o estudo aponta um crescimento no consumo entre os estudantes, subindo de 8,2% no ano de 2009 para 12,1% em 2019. Esses dados indicam um cenário preocupante, no entanto, são ferramentas essenciais para fundamentar ações para uma educação sobre drogas na educação básica.

Estudos que buscam debater a educação para as drogas, assinalam que a atual política de combate a drogas ilícitas é falha, visto que não há uma significativa redução da comercialização e uso de drogas ilícitas (Adade, Monteiro, 2014). Somando a isso, essa postura repressiva e punitiva é direcionada a grupos específicos de indivíduos, em sua maioria negros e pobres, assim sustentando os estigmas e a marginalização dessas minorias. Em 2024, o Complexo da Maré, um bairro composto por 16 favelas, localizado na Zona Norte do Rio de Janeiro, teve a sua 38ª operação da Polícia Militar, segundo o portal Maré de Notícias (2024). Segundo o relatório “Tiros para o Futuro: Impactos da Guerra às Drogas na Rede Municipal de Educação do Rio de Janeiro” (2022), elaborado por Julita Lemgruber através do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania - CESeC, no ano de 2019 ocorreram 39 operações coordenadas por diversos departamentos da segurança pública do Estado no território da Maré. Essas operações têm como objetivo o combate ao tráfico de drogas ilegais e ao crime organizado. Nesse panorama de confrontos e violências, existem mais de 139 mil pessoas afetadas, das quais 19 mil são alunos das escolas municipais e estaduais, que têm sua rotina escolar alterada. (Redes Maré, 2019).

Isso significa que dos 200 dias letivos, o mínimo previsto na LDB (1996), há uma perda de 19% desse calendário. Ainda segundo o relatório do Lemgruber (2022), há prejuízos psicológicos, educacionais e sociais a que esse grupo está exposto:

“Diversos estudos têm mostrado que a constante preocupação com a segurança afeta diretamente a capacidade de foco e de atenção dos estudantes, provoca medo e estresse, além de aumentar o risco de abandono escolar e de associação a grupos criminosos locais. A exposição à violência também tem sido relacionada a casos de baixa autoestima, ansiedade, depressão e Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT), síndromes que afetam o vínculo com o ambiente escolar, podendo prejudicar a aprendizagem de forma permanente e afetar severamente tanto o desenvolvimento social e cognitivo das crianças quanto às suas expectativas futuras de renda.” (Julita Lemgruber, 2022).

Nesse sentido, vivenciar esse contexto, foi o motor para pensar o papel da escola como um espaço que ofereça uma educação para as drogas sem os discursos proibitivos ou que não coloque os indivíduos como os únicos responsáveis nessa relação de consumo.

1 - Revisão Bibliográfica

Para a revisão do tema, foi empregada uma pesquisa na plataforma Google Acadêmico, combinando os seguintes descritores: drogas + escola; educação + drogas; drogas + diálogos + escola. Nesse último conjunto foi necessário o uso de três termos, numa tentativa de refinar os resultados em busca de relatos de práticas na educação. A princípio, a ideia seria revisar artigos publicados entre 2014 e 2024, no entanto, diante da pouca produção sobre a temática no ensino básico no campo das pesquisas em educação, estendeu-se para alguns artigos publicados em 2010 e 2006, e que estavam em diálogo com essa proposta de pesquisa.

Moreira (2006) revisa estudos nacionais e internacionais que apresentam modelos de prevenção ao uso de drogas com intervenção nas escolas, apontando que essa estratégia de trabalhar a temática das drogas no ambiente escolar, se deu a partir de organizações e conferências, iniciadas na década de 1970. A análise desses modelos, indica controvérsias nos resultados das avaliações dos programas de prevenção, e esclarecem que esse conflito se dá devido à diversidade de modelos de intervenções e das diferentes posturas diante do problema. Há uma postura tradicional e importada para as escolas brasileiras, ou seja, a guerra às drogas, que possui características de apelo moral, amedrontamento, discurso de abstinência, treinar para resistir, transmissão de informações, um sujeito passivo, intervenções pontuais (palestras) ou aulas semanais para jovens dos anos finais do ensino fundamental. Dessa postura, surgiram modelos como o projeto Drug Abuse Resistance Education (Dare), adotado por metade do sistema de ensino nos Estados Unidos e o Programa Educacional de Resistência às Drogas (Proerd) no Brasil. Outros modelos apresentados: oferecimento de alternativas, educação para a saúde, modificação das condições de ensino (Moreira, 2006), mostraram-se bem-sucedidos, pois alinham-se à abordagem da redução de danos, mas sem efetividade a longo prazo quando se trata de ações descontinuadas. A autora também faz uma comparação com os conceitos de promoção de saúde e escola promotora de saúde ao abordar, a partir da OMS e da Carta de Otawa, a prevenção como medidas para se evitar uma doença, já a promoção de saúde, é mais abrangente. Essas medidas visam ampliar a saúde e bem-estar em geral, é um processo que ocorre tanto na ação participativa das pessoas, como por intervenções, via políticas públicas, isso é, proporcionar ambientes para que esses indivíduos possam buscar a sua vida saudável e o bem-estar social. Assim, para os autores, enquanto o primeiro conceito fica sob responsabilidade somente do indivíduo, o segundo conceito responsabiliza Estado, comunidade e indivíduos, não só pelo problema como pela solução do mesmo.

A pesquisa realizada por Brusamarello (2010) com famílias de estudantes de uma escola pública de Curitiba/PR, buscou compreender como os pais atribuíam o primeiro contato de

jovens com as drogas, e , como eles entendem o papel da família e da escola na prevenção ao uso de drogas entre os adolescentes. Em seus resultados, apresentaram que as famílias concebem que as amizades, a necessidade de pertencer a um grupo e a curiosidade como os fatores de riscos que antecipam o uso de drogas por adolescentes. Do mesmo modo, os pais reconhecem que há uma ausência de orientações e diálogos por parte deles próprios, e apontam os conflitos familiares, e as influências de demais familiares que são usuários de drogas como os motivos que levam jovens a experimentar. Quanto ao papel da família na prevenção, os entrevistados entendem que o diálogo, a compreensão, o respeito e a vigilância constante é o caminho que a família deve seguir para a prevenção do uso das drogas, assim como, os valores religiosos são vistos por alguns como uma intervenção que a família deve seguir para afastar os jovens das drogas. No que tange ao papel da escola, compreendem a escola como espaço que possa promover uma educação preventiva ao uso de drogas, e reconhecem que deve-se ter uma parceria entre a escola e a família ao tratar sobre a temática. Nessa pesquisa os autores enfatizam o conceito de Promoção de Saúde somente como ação do indivíduo e da família, diferente do que aborda Moreira (2006). A linguagem dos autores remete ao termo da medicina como “drogadição”, evidenciando um olhar do consumo como uma doença, o que se torna compreensível por se tratar de uma pesquisa do campo da área da Saúde. Tratam as atitudes “negativas” dos jovens, frente a visão do adulto, como responsáveis pelo seu primeiro contato com as drogas. Há uma visão maniqueista(Moreira, 2006) tanto dos pais como dos autores da pesquisa, num sentido de que aquela experimentação será o início do fim da vida daquela pessoa.

A abordagem da temática das drogas em sala de aula tem oferecido resistência nas últimas décadas, não só em tratar do assunto no cotidiano escolar de forma transversal, tão pouco articular a temática nos projetos políticos pedagógicos, essa ausência se dá pela disseminação de discursos conservadores por grupos políticos que defendem uma moral cristã e desconhecem a laicidade do Estado (Brasil, 1988). Em contrapartida, tal como como Adade e Monteiro(2014) apontaram, há movimentos de cientistas e associações de diversas áreas de pesquisas, como o Grupo de Pesquisa Educação e Drogas que possui parcerias com UERJ, UFRJ, UFF, Fiocruz, e, a Associação Brasileira Multidisciplinar de Estudos sobre Drogas - ABRAMD que caminham nas denúncias do apagamento do debate na escola, ao mesmo modo estão articulando discussões, fóruns, produção de materiais didáticos, formações para profissionais da educação e a ampliação da abordagem da Redução de Danos em práticas educativas.(GPED, 2025).

Silva e Coelho (2022) denunciam que o sucateamento da educação pública brasileira com as crescentes mudanças nos mecanismos legais que regem o ensino, com intuito de alinhar-se aos interesses de “elites econômicas”. Os impactos nas legislações educacionais

fazem parte de uma política neoliberal, arquitetada por grandes empresários capitalistas e de políticos que defendem os interesses destes, que objetivam a redução da atuação do Estado nas demandas sociais. Esse projeto busca privatizar serviços públicos, reduzindo ou extinguindo políticas sociais, tais como: “Educação, Saúde e Previdência Social” (Silva, Coelho, 2022). No que diz respeito às políticas educacionais, os autores observam que as mudanças que ocorreram nas últimas décadas têm comprometido direitos adquiridos por meio de lutas e movimentos participativos democráticos. Essas intervenções têm provocado alterações nos currículos tanto da educação básica, como na formação dos professores, implicando diretamente nos propósitos do ensino público, para ser mais clara, a educação transforma-se numa mercadoria, e a formação dos sujeitos visa atender somente o mercado de trabalho, deixando de lado, outras dimensões da formação humana e cidadã.

Os autores fizeram um comparativo nos termos das atuais e das antigas Política Nacional sobre Drogas; nos Parâmetros Curriculares Nacionais e na Base Nacional Comum Curricular. Analisando a temática das drogas, observaram o retorno de abordagens de repressão, exclusão, e proibição, e a subtração dos sentidos da educação como prática social. Essa conjuntura de redução dos conteúdos na educação básica impacta diretamente na temática das Drogas, visto que, antes das mudanças, os PCN (1998), orientavam por intermédio dos Temas Transversais, o tópico: Agravos ocasionados pelo uso de drogas (fumo, álcool e entorpecentes) (Moreira, 2006) , viabilizando a inserção do tema nos projetos políticos pedagógicos, no entanto, no atual cenário:

“O novo ordenamento educacional, embora não proíba a abordagem sobre drogas, não estimula uma abordagem mais dialógica e que converse com as Ciências Humanas e Sociais, enclausurando o debate sobre drogas no âmbito das Ciências Naturais com abordagem psicomédica, o que a perspectiva pedagógica da RD buscou desnaturalizar nestas últimas décadas.” (Silva e Coelho, 2022). ”

Somando ao novo ordenamento educacional, há outros desafios apontados na literatura. Moreira (2014), em pesquisa com professores de escolas públicas em São Paulo, aponta que os fatores que inviabilizam ações de prevenção ao consumo de drogas nas escolas. O primeiro, são as representações sociais que associam o uso de drogas à violência, esta, responsabilizada tanto para os que usam, como para os que comercializam. O autor acrescenta que essas representações são reforçadas pelas mídias de informação, que acabam por instalar um cenário de medo e insegurança. O segundo são obstáculos que “...dizem respeito às questões pessoais dos professores, como a falta de conhecimentos específicos, a falta de metodologias para abordagem, os preconceitos e valores morais relativos ao tema.” (Moreira, 2014). E mesmo uma grande parte confirmando já terem feito formação sobre a temática das

drogas, justificam que os modelos oferecidos por essas formações não agregam conhecimento, pois podem ser pautados em aspectos meramente informativos.

Albertani e Sodelli (2014), ao apresentar perspectivas para uma prática educativa pensando a prevenção das drogas nas escolas brasileiras, esclarecem como a pedagogia do controle está por trás de abordagens de prevenção que têm como foco a abstinência ou de que nunca experimentem, tendo em vista que esse paradigma quer “ditar quais são os comportamentos corretos, seguros e desejados que, em relação ao uso de drogas, se resumiram na completa abstinência” (Sodelli, 2011). Assim como compreendem que as abordagens com foco na abstinência torna-se um trabalho exaustivo e fracassado, pois se torna uma “missão impossível”. Outro ponto destacado é o “mito do bom professor” o que se espera de um bom professor muitas vezes pode ser munição para uma relação impessoal entre aluno e professor e isso pode dificultar nos processos de aprendizagens. Isso significa que a formação do professor que atua com a temática das drogas precisa ser mais humana e acessível. Para além da formação e atuação do professor, torna-se necessário que a escola elabore um Projeto Político Pedagógico com os objetivos de formar sujeitos preparados para fazer escolhas “éticas, conscientes, saudáveis e realizadoras ao longo da vida”. (Albertani; Sodelli, 2014).

2 - Referencial Teórico

2.1 - Abordagens na Redução de Danos(RD)

O conceito da redução de danos emergiu de políticas de saúde diante de um cenário em que se tinha pessoas usuárias de drogas e a crescente contaminação por meio do vírus HIV. Nesse sentido, foram necessárias intervenções que buscavam uma redução dos prejuízos provocados pelo consumo abusivo, assim, pensando em novas alternativas que tenham como objetivo a redução total ou parcial do uso de drogas.

Moreira (2006), conceitua: “Redução de danos é uma política de saúde que se propõe a reduzir os prejuízos de natureza biológica, social e econômica do uso de drogas, pautada no respeito ao indivíduo e no seu direito de consumir drogas. ”.

Essa estratégia valoriza a qualidade de vida, as intervenções participativas, a importância do contexto social e a valorização dos direitos humanos; com foco na melhoria e no bem-estar físico e social do usuário de drogas, na busca de redução de prejuízos causados pelas substâncias; logo, reconhece que as drogas lícitas/ilícitas não vão simplesmente sumir se forem ignoradas ou condenadas. (Moreira, 2006).

Na educação, às estratégias de redução de danos enfatiza os conhecimentos e práticas educativas que ampliem a percepção dos estudantes sobre o fenômeno das drogas, trazendo elementos históricos e socioculturais. A Propostas na RD foca num “trabalho processual de conscientização e emancipação do sujeito enquanto cidadão” (Adade, Monteiro, 2014), trata-se de um trabalho contínuo, que gere o interesse dos jovens em participar da proposta, não de forma passiva, mas como sujeito participativo e criativo. (Adade, Monteiro, 2014).

Gilberta Acselrad (2013) propõe tratar a temática das drogas a partir de contextos históricos e contemporâneos de outros consumos, desde civilizações da antiguidade ou por grupos étnicos, como é o caso de povos originários e seus rituais de produção de bebidas alcoólicas (cauim) (Brasil de Fato, 2022), ou por grupos religiosos como, por exemplo, o Santo Daime e o seu ritual que tem o consumo do Chá de ayahuasca, como também debater conceitos, como a relação que o indivíduo estabelece com a droga e quais fatores sociais, culturais e emocionais estão interligados nessa relação. Isso significa, esclarecer a diferença entre uso (medicinal, recreativo, religioso), o uso abusivo e a dependência; entender que representações de senso comum sobre quem faz uso de drogas, são carregadas de preconceitos; conhecer e discutir as leis que proíbem e seus contextos, e, como o Estado e a sua política de combate às drogas impacta de forma negativa na segurança da população, em especial, dos que residem no bairros periféricos e “favelizados” (Julita Lemgruber, 2022), assim como, conhecer programas educacionais e suas abordagens, analisando os resultados negativos e positivos, por fim, a autora destaca ser necessário buscar dados e levantamentos em estudos sobre “usos e costumes relacionados às drogas” (Acselrad, 2013).

A educação para autonomia aplicada às drogas, conceito de Acselrad, defendido por estudos mais recentes (Adade, Monteiro, 2014; Coelho et al, 2016; Silva e Coelho, 2022), faz um diálogo com o conceito Educação para Autonomia de Freire (2008), noção que defende uma prática educativa que desenvolva uma formação cidadã, do ponto de vista de uma educação transformadora, esse processo consiste em desenvolver reflexões com os educandos, partindo de suas vivências, fazendo uma análise das adversidades que os atravessam, construindo conhecimento numa troca com o educador, isto é, desenvolvendo uma consciência crítica, autônoma e participativa, e que impulse ações para superá-las, num movimento de transformação social, assim:

“...O processo de aprendizagem deve ser permeado por um conhecimento crítico da realidade. Ou seja, aprender transcende o armazenamento de saberes, sendo resultado de uma constante reflexão sobre a realidade global. De acordo com essa perspectiva, o educador e o educando são sujeitos ativos do processo de construção de conhecimento, aprendendo mutuamente por meio de

sucessivas aproximações e reflexões sobre determinado assunto. A aprendizagem é facilitada pelo educador por meio de técnicas reflexivas e participativas que visam ao estímulo do raciocínio crítico diante de temas específicos contemplados com base na inserção na realidade social. (Adade; Monteiro, 2014, apud Freire, 2008).

Portanto, ao propor uma educação para autonomia aplicada às drogas, Acselrad, recorre a um processo de aprendizagem onde os estudantes possam refletir sobre todos os aspectos que envolvem o consumo de drogas, uma abordagem multidisciplinar que debata as concepções históricas, culturais, psicológicas, biológicas e legislativas. Nessa perspectiva, o debate tira foco da droga e seu consumo, ele amplia o diálogo para possibilidades de um convívio com as drogas de forma consciente, impulsionando os jovens a serem sujeitos ativos, interessados e participativos, capazes de deliberar sobre os possíveis riscos, na busca de superar vulnerabilidades na atuação individual e na coletiva. (Acselrad, 2013).

3 - Metodologia

O cronograma da oficina teve como fundamento as recomendações da mestra em educação Gilberta Acselrad, escritora do livro *“Quem tem medo de falar sobre drogas? Saber mais para proteger”* (2015), a autora posiciona o conceito de uma “educação para autonomia aplicada às drogas”, e nos dá caminhos para abordagens dessa temática em nossa prática pedagógica.

A escola escolhida está localizada na comunidade Vila do João, no bairro Complexo da Maré, na Zona Norte do município do Rio de Janeiro. Possui a oferta dos anos finais do ensino fundamental, e atende alunos das comunidades: Vila do João, Vila dos Pinheiros, Conjunto Esperança e Salsa e Merengue. O contato com a gestão da escola ocorreu presencialmente nas instalações da escola, no horário da entrada dos estudantes, e esta mostrou-se receptiva com a proposta. Numa breve conversa ocorreu a troca de telefones para posterior alinhamento dos encontros e encaminhamento do cronograma da oficina. A oficina foi estruturada em três encontros, realizados nos dias 22/05/2024, 29/05/2024 e 05/06/2024, todos numa quarta-feira, e o grupo-alvo foram turmas do 6º ao 9º ano. Nesta intervenção foram contempladas 3 turmas de 8º ano, 4 turmas de 7º ano, 2 turmas de 6º e somente 1 de 9º ano, totalizando 10 turmas, cada uma com uma média de 25 alunos.

A oficina foi organizada no seguinte formato:

1º Encontro: Proposta: Apresentação da Oficina e do Tema; Debate a partir de questões geradoras (-O que são? - Quais seus efeitos? - Por que usamos? - Como a sociedade percebe/vê os indivíduos que fazem uso? - O que torna uma pessoa viciada/dependente?); e a exibição de

um curta metragem *Happiness* (Steve Cutts, 2017), para posterior continuidade do debate. Ao final seria aplicado o primeiro questionário inicial (Anexo A- Pág 28).

2º Encontro: Debater sobre os impactos na saúde dos jovens, quando o uso de drogas acontece de forma precoce, com a mediação de conhecimentos do capítulo: Neurociências do abuso de drogas em adolescentes de André Luiz Monezi Andrade, Denise de Micheli, Eroy Aparecida da Silva, disponível no Livro "Prevenção ao uso de álcool e outras drogas no contexto escolar". (Ronzani; Silveira, 2014)

3º Encontro: Leitura da Reportagem: '*Menos um dia que meu aluno aprende*' relata professora diante da 15ª operação na Maré. (Maré de Notícias, 2024). Proposta: Debater os impactos nas esferas sociais e educacionais da Lei 11.343/2006. Questões disparadoras: (Quais as principais consequências da lei que proíbe as drogas?; Como a guerra às drogas impacta a vida dos estudantes que moram nas favelas da Maré? Legalizar as drogas seria uma solução viável?). Ao final do encontro seria aplicado o segundo e último questionário - final.(Anexo B- Pág. 29)

O cronograma e as datas foram disponibilizados para a gestão da unidade escolar, em devolutiva, foi manifestado a incerteza da realização do primeiro dia da oficina, dia 22/05/2024, tendo em vista que naquela mesma data, seria a inauguração da unidade como Ginásio Educacional Tecnológico(GET), com a presença do Secretário Municipal de Educação do Município. No entanto, a saída ofertada seria ministrar a oficina nas turmas que estivessem sem professor, ou seja, com tempos de aula vago, portanto, ficou combinado trabalhar essa alternativa.

A participação na oficina era optativa, ou seja, os alunos que não estivessem interessados no debate não eram obrigados a participar. No entanto, a gestão da escola não permitiu que os alunos que não tinham interesse se retirassem da sala, justificando que eles iriam atrapalhar as aulas das outras turmas se ficassem circulando pela escola, porém, a escola possui espaços específicos para socialização e lazer para que os alunos possam usufruir nos tempos vagos. Assim, foi necessário combinar com esse grupo não participante que ficaram em sala, para só se ausentar nas idas ao banheiro e acordamos que poderiam jogar no celular, ou continuar com as atividades da aula anterior. Por um lado, alguns alunos que não queriam participar, ficaram atentos às conversas que aconteciam, e foram aos poucos se juntando ao debate e levantando suas dúvidas, por outro, tivemos alunos que não quiseram participar, e que de alguma forma apresentaram posturas que demonstravam incômodos quanto ao tema que era debatido, por exemplo, um aluno do oitavo ano expressou que não participaria da oficina por causa da sua doutrina religiosa. A vontade do aluno foi atendida, no entanto, numa parte da sala, ele junto com outros colegas começaram a jogar no celular, com o volume alto.

Quanto aos questionários inicial e final, foi realizada a aplicação do questionário inicial com as turmas no primeiro e segundo dia dos encontros, tendo em vista o pouco tempo que tínhamos para realizar o debate. Assim, foram priorizados os debates, não sendo possível aplicar o questionário final. De qualquer modo, os dois questionários ficaram disponíveis nos anexos 1 e 2, para contribuir como referências nas intervenções futuras.

4 - Resultados e Discussão

Seguindo o cronograma, o primeiro dia da oficina ocorreu conforme o calendário de encontros. A gestão da escola estava com muitas demandas devido à solenidade da inauguração da unidade como GET, a data do evento havia sido adiada, portanto, não iria acontecer naquele dia. A diretora se mostrou prestativa na organização da sala de vídeo como espaço para as atividades da oficina, no entanto, a sala era usada por um aluno com necessidades educacionais, informei que a presença do aluno não seria um impedimento para a realização, portanto, cortinas foram providenciadas para bloquear a entrada de luz, para que pudesse reproduzir a animação. No entanto, a agente educacional responsável pela mediação do aluno, se mostrou preocupada ao argumentar que a ocupação da sala poderia desregular a rotina do aluno, assim, ficou decidido seguir com as turmas de tempo vago, na sala de cada turma.

Aponto aqui como primeiro desafio, que seria uma antecipação no planejamento, não considerado na construção do cronograma e na comunicação com a gestão da escola, definir o espaço para as atividades da oficina, e a carga horária de cada tempo de aula, que são de 50 minutos. Isso só ficou claro no primeiro dia e resultou numa redução das atividades, visto que havia somente um tempo de aula vaga por turma. Da mesma maneira, mesmo dispondo de projetor para a reprodução da animação e tendo a participação dos alunos para instalação do equipamento, não foi possível utilizá-lo, devido a conexão da internet na escola. Nessa situação, defrontamos nas questões estruturais que as escolas públicas se encontram, mesmo diante da nova configuração da escola como Ginásio Educacional Tecnológico.

Em face dos limites encontrados, o debate buscou dialogar com os conhecimentos científicos e as representações que os jovens possuem sobre as drogas. A partir da primeira pergunta geradora para iniciar o debate, “O que são drogas? ”, notou-se que a maioria dos estudantes ao conceituar drogas, associaram as substâncias classificadas como ilícitas, a principal apontada foi a maconha, seguida do crack e da lança (solvente). Propagadas pelo Estado, sociedade e mídias sociais, por meio do discurso de guerra às drogas, essas representações evidenciam um olhar negativo, que se sustenta por ideias simplistas ao entenderem somente a dimensão

patológica, ao considerar somente os malefícios que a substância carrega, e as associações com a criminalidade. (Adade; Monteiro, 2014; De Jesus, 2017). Por outro lado, os estudantes demonstraram total desconhecimento sobre as substâncias classificadas como lícitas, isto é, a maioria se mostrou surpresa com os exemplos apresentados, principalmente com as bebidas energéticas, o café, e o açúcar. O álcool e o tabaco foram, inclusive, concebidos pelos alunos como sendo substâncias ilícitas. Para eles, o termo ilícito significava o conceito que proíbe o consumo para menores de 18 anos de idade, no entanto, a proibição está prevista no Estatuto da Criança e do Adolescentes. (Brasil, 1990).

Ao serem questionados sobre os motivos que levam as pessoas a usarem drogas, uma parte respondeu que seria por diversão, outros relataram os conflitos familiares ou conflitos emocionais, e teve os que expressaram se tratar de comportamento para conseguir a atenção do sexo oposto, assim dizendo, as drogas são “instrumentos de socialização” (Adade; Monteiro, 2014). Os alunos que expressaram os conflitos familiares ou conflitos emocionais, foi possível perceber que as respostas reproduziam o discurso proibicionista que fecham o olhar na droga como vilã, com falas receosas “*são muitos problemas na cabeça né?*”, “*a família não entende as pessoas!!*”, “*são pessoas sem futuro!!*”, “*Os pais me cobram muito!!*”, enquanto os que expressaram por diversão, responderam rapidamente, sem hesitar, com destaque para as turmas alunos do 8º e 9º ano.

Tanto os estudantes, quanto os pais da pesquisa de Brusamarello (2010), não reconhecem outros elementos que podem influenciar os usos, no caso dos jovens, ampliamos a problemática da influência das mídias na criação das narrativas estereotipadas sobre os indivíduos que vivem nas favelas, contribuindo ainda mais na discriminação desses grupos e o direcionamento dos discursos de ódio.

Além disso, analisamos como as redes sociais, espaço frequentemente ocupado por esses alunos, estão produzindo demandas e necessidades das quais as pessoas são estimuladas para o consumo exacerbado, e como essa postura consumista afeta as relações econômicas e sociais de toda uma sociedade. Pensamos também na realidade do Rio de Janeiro, onde boa parte da população pobre reside em bairros com grande circulação e venda de drogas, e há a presença marcante do Estado na repressão e proibição dessa prática, evidenciando uma completa ineficiência em políticas de segurança públicas efetivas, e que consequentemente exclui a população das favelas na oferta de serviços públicos básicos, perpetuando assim as desigualdades sociais. Outro elemento levantado no debate é a ausência dessas repressões em bairros nobres e como o tratamento é diferenciado nas abordagens feitas por agentes de segurança aos indivíduos residentes desses locais, tendo em vista que as incursões nas favelas e

os confrontos com grupos armados do tráfico de drogas, geram altas taxas de letalidade, e um ambiente impregnado de medo e insegurança. Apresentar toda essa gama de elementos, é trazer referências que ampliam o repertório de conhecimentos acerca de toda uma cadeia de acontecimentos para compreender a complexidade do fenômeno das drogas.

A forma como a sociedade percebe as pessoas que fazem uso de drogas foi concebida pela maior parte dos alunos de modo estereotipado: *viciado, criminoso, crackudo, zé droguinha, vagabundo* foram as palavras mais proferidas, percepções que refletem a crença que toda “droga vicia”, tal qual os achados de Adade e Monteiro (2014), e De Jesus (2017). Esses, apontam que o viés da doença é muito marcado nessas representações, pois não há discernimento sobre o uso, o abuso e a dependência.

Portanto,:

“A percepção dos estudantes acerca dos usuários de drogas, além de se configurar como um obstáculo para o reconhecimento de um uso abusivo, sinaliza a importância de o tema ser incluído nas práticas educativas visando também amenizar a difusão de estereótipos e, conseqüentemente, de posturas discriminatórias ante os sujeitos que consomem drogas ilícitas.” (Adade; Monteiro.2014).

Desse modo, rotular usuários com adjetivos pejorativos trata-se de uma visão preconceituosa e hostil, podendo afetar aqueles que precisam buscar tratamentos.

Segundo Moreira:

“A cultura dominante vê os usuários de drogas situados no lado errado de uma linha social imaginária que separa não usuários (os bons) dos usuários (os maus). [...] Naturalmente se apanhado usando qualquer droga ilícita, o mesmo bom menino, há pouco protegido e valorizado, pode imediatamente personificar o demônio e ser privado de todo valor social.” (Moreira. 2006).

Outro assunto frisado em uma turma, a partir da pergunta de um aluno: “*Usar droga é crime?*”, examinamos o texto dos artigos da Lei nº 11.343/2006, mais conhecido como Lei Antidrogas:

“Art. 28. Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trouxer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido às seguintes penas:

I - advertência sobre os efeitos das drogas;

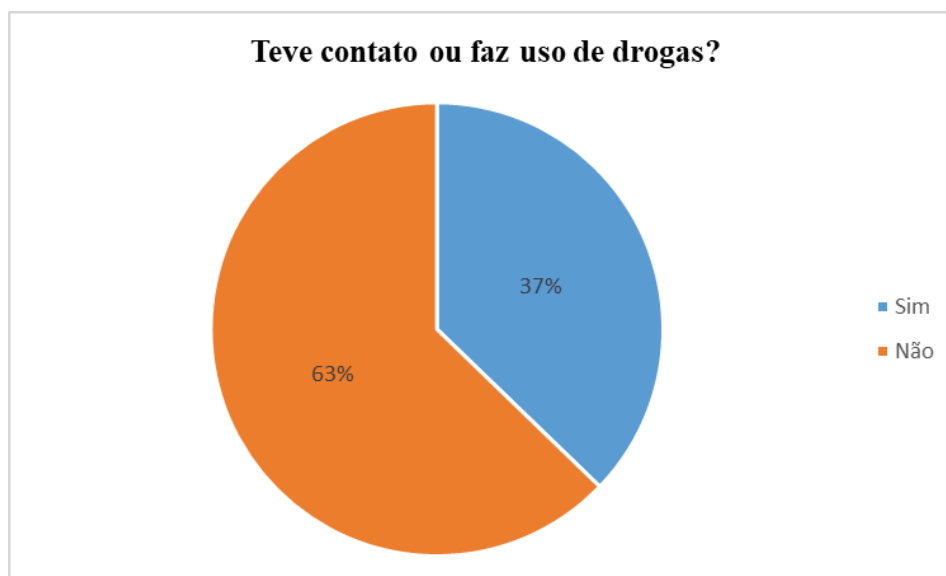
II - prestação de serviços à comunidade;

III - medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo.”(Brasil, 2006).

Esse recorte da lei que define os crimes e penas, revelam que o consumo de drogas não qualifica como crime, porém, são sinalizadas as condutas e as consequências para tais atos. Outro ponto esclarecido, conforme o dispositivo citado acima, são os tratamentos dados aos usuários e aos traficantes. Nesse sentido, na teoria, traficantes e usuários possuem penas diferentes, mas na prática, sabemos que os jovens pretos, residentes das favelas, são abordados com bastante truculência pelos agentes de segurança pública, visto que são levados para o sistema carcerário sem os devidos trâmites legais. Tais condutas, além de mostrar total ineficiência do Estado na preparação do efetivo de segurança, ainda revela, uma outra característica do proibicionismo, que é o encarceramento em massa do povo preto e pobre. (Julita Lemgruber, 2022).

Das turmas visitadas, os alunos tinham idade entre 12 a 15 anos de idade, todos residentes das comunidades do Complexo da Maré, 43 estudantes responderam o questionário inicial, sendo 19 estudantes do sexo feminino, 17 do sexo masculino e 7 não responderam. As turmas de 7º e 8º ano foram as mais contempladas pela oficina devido aos tempos de aula vagos na grade do dia, sinalizando uma defasagem no ensino, em função dessas ausências de aulas. Somando as operações policiais, é possível afirmar que jovens residentes de bairros marginalizados estão em desvantagens educacionais como é apontado por Lemgruber (2022).

A comunicação do propósito da oficina, foi expressa de forma clara, assim os estudantes se sentiram confortáveis para expressar abertamente suas vivências quanto ao consumo das drogas. Ao questionar quem já teve contato ou faz uso de drogas, 37% dos alunos negaram, e 63% expressaram já terem usado ou que ainda fazem uso (gráfico 1), inclusive diariamente, ou semanal, ou em algum evento, corroborando com a III Levantamento Nacional Sobre o Uso de Drogas pela População Brasileira (2017) e a Pesquisa Nacional de Saúde Escolar (2022).

Gráfico 1 - Alunos que tiveram contato ou fizeram uso de drogas.

Fonte: Autor, 2025.

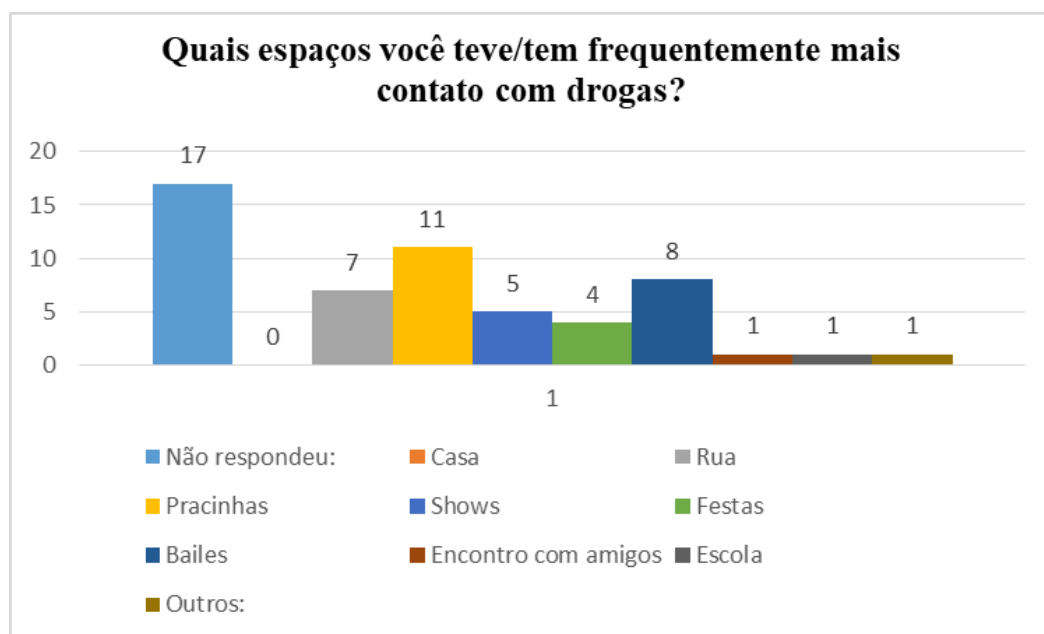
Foi possível avaliar com o retorno dessas questões, que alguns estudantes sinalizaram transpor a “visão maniqueísta” (Moreira, 2006), ao se reconhecerem como usuários frequentes de substâncias como: café, açúcar, bebidas energéticas e refrigerantes. Ao mesmo tempo, sinalizaram que o termo “contato” com drogas ilícitas, não necessariamente, seria o uso em si, mas presenciar outras pessoas usando, também seria uma forma de contato, mas indireto. Esse termo nas perguntas direcionadas aos alunos, tinha o intuito de entender a prática do primeiro consumo, mas eles se apropriaram num sentido de explorar as experiências de outros usuários. Perguntados sobre a possibilidade de experimentação para os alunos que ainda não tinham consumido, especificamente as drogas ilícitas, mais da metade recusou, e uma pequena parcela afirmou ter interesse. Em algumas turmas, alguns demonstraram preocupação ao responder as questões acima, pois acreditavam que essa conversa resultaria em denúncias para a direção, para os responsáveis e o Conselho Tutelar. Nisso, foi reforçado que a oficina era uma experiência educativa para fins acadêmicos, e que tudo que seria compartilhado por eles, seria mantido em anonimato.

Quanto aos espaços, as praças foram os locais mais indicados, seguido dos tradicionais bailes funk e a Rua, há também os que comunicaram que o uso ocorre em casa, shows e festas (gráfico 2), isso indica lugares comuns que os jovens procuram para práticas de lazer e socialização em seu cotidiano. Há alguns anos esse comportamento do consumo em espaços de lazer e entretenimento vem mostrando uma transição das ideias que motivam o uso de drogas pelos jovens, ou seja, a diversão é o foco, os jovens usam unicamente para se divertir,

perdendo relevância as tendências que apontavam ser um mecanismo para fugir dos problemas.

Os bailes funks, expressões culturais de lazer e divertimento nascidos nas favelas, são atravessados por questões morais. Nessa ótica, esses eventos são responsabilizados por promoverem a venda e o consumo de drogas ilícitas, por financiar o tráfico de drogas, e fazer o recrutamento de jovens para trabalhar para o tráfico. Esse discurso é validado pelo Estado quando autoriza as ações dos órgãos de segurança ao reprimir e criminalizar as tradições culturais das populações pretas e periféricas.

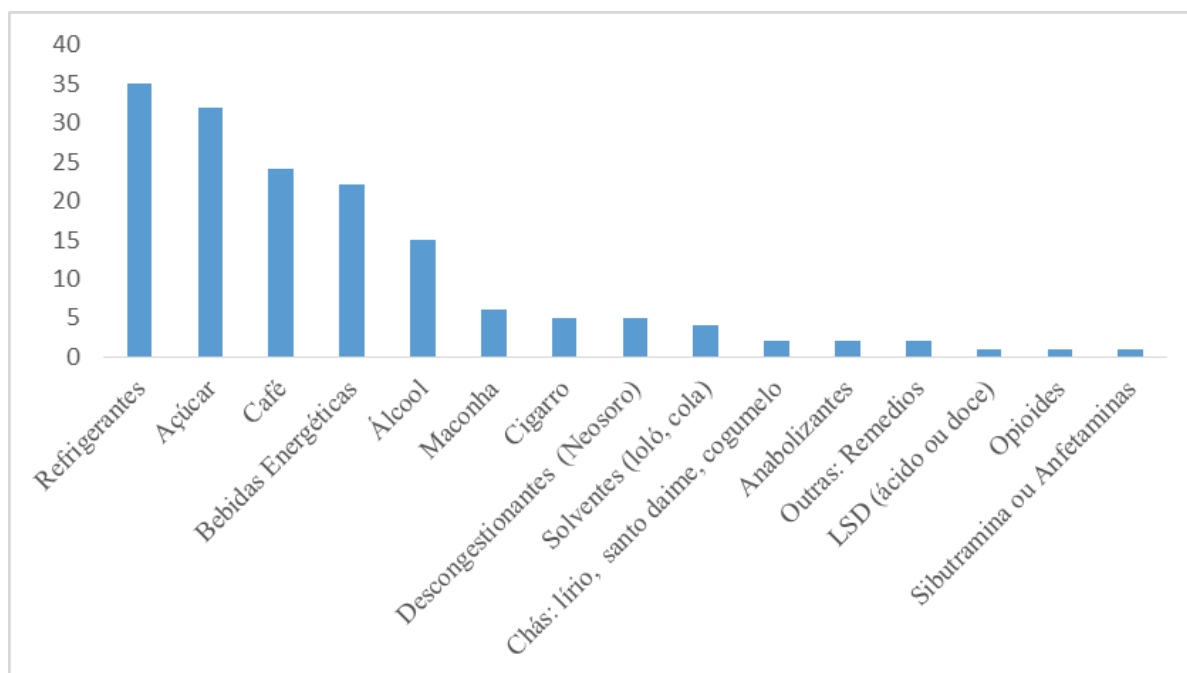
Gráfico 2: Espaços frequentados para o consumo.



Fonte: Autor, 2025.

Na dinâmica para identificar os tipos de drogas mais consumida pelos jovens, numa lista de 20 substâncias, classificadas entre lícitas e ilícitas, considerando as definições da OMS, as drogas são “Toda substância natural ou sintética que, introduzida no organismo vivo, pode modificar uma ou mais de suas funções” (OMS,1993), os alunos apontaram o refrigerante como a substância mais consumida, seguido do açúcar, do café e das bebidas energéticas. Entre as ilícitas, o álcool foi o mais indicado, seguido pela maconha e pelo tabaco/cigarro. Conforme gráfico a seguir:

Gráfico 3 - Drogas Mais Consumidas Indicadas Pelos Jovens



Fonte: Autor, 2025.

Das substâncias que os jovens tinham desconhecimento e passaram a conhecer após a oficina, as ilícitas respectivamente nas ordens de indicação são: MD (crystal), LSD (ácido ou doce), Êxtase (balinha), Solventes (loló, cola), e as lícitas: Café, Açúcar, Refrigerante, Anabolizantes e os Antiepiléticos.

Na discussão para compreender qual droga os alunos achavam que seria a mais prejudicial para os jovens, entre as ilícitas, o Crack foi o mais frisado, seguido da cocaína e da maconha, entre as lícitas, apontaram o Álcool e o cigarro, abaixo destaco algumas justificativas:

- *“Crack, porque é uma que faz completamente mal para o coração, vicia muito, vidas são perdidas.”*

- *“Cigarro, Maconha, Cocaína, Crack e Álcool, porque são os que mais destroem os jovens”.*

- *“ Álcool leva as drogas”*

- *“Álcool, porque provoca muitos acidentes”*

- *“ O Crack, porque é muito forte”*

- *“ Todos os tipos de droga faz mal, pois são coisas que não fazem bem pro nosso corpo, mas o álcool te deixa inconsciente, fora de si e causa graves problemas para nosso corpo e saúde. ”*

-“Maconha, cigarro, anabolizantes. Dão muitos problemas de saúde, podendo causar câncer, estresse diário e etc.”

As justificativas apontam a apropriação e reprodução dos discursos preventivos, de cunho proibicionista e repressivo, com base numa visão reduzida que considera somente aspectos biológicos e responsabilização do indivíduo. (Monteiro, Adade, 2014).

Conclusão

Dos resultados da experiência relatada e da literatura analisada acima, conclui-se que os jovens, residentes de bairros periféricos como o Complexo da Maré, são altamente impactados pelo projeto de guerra às drogas, visto que além da ausência de um sistema de ensino que contribua na formação de jovens críticos e conscientes na busca por superar as próprias vulnerabilidades, há também, as duras incursões policiais que instalam um cenário de temor, e afeta o desenvolvimento das mais diversas dimensões sociais, psicológicas, pedagógicas e financeiras na vida desses indivíduos.

Esse trabalho buscou descrever uma oficina que propusesse um debate sobre as drogas, numa abordagem de redução de danos, fundamentada com pressupostos da educação para autonomia aplicada às drogas da cientista Gilberta Acselrad, que dialoga com o conceito Educação para autonomia de Paulo Freire.

O propósito da oficina explorou a percepção dos alunos a partir das principais questões sobre drogas; discutindo e mediando conhecimentos calcados em uma literatura científica, refletindo sobre o uso precoce entre os jovens, desmistificando discursos proibicionistas e punitivistas. Assim como, na evidência de denunciar os efeitos que a lei de drogas e as políticas repressivas têm sobre territórios periféricos.

Foi possível delinear, a partir da literatura e da experiência, fatores que apontam a carência dessas abordagens em sala de aula, tanto na dimensão macro, quando se tem leis e políticas educacionais que propõem um currículo mínimo no ensino básico público e da formação continuada dos professores, como na dimensão micro, onde percebemos uma sociedade que ainda carrega muitos estigmas e preconceitos sobre a temática das drogas, tendo em vista que exige-se uma consciência coletiva ampliada sobre um fenômeno complexo.

A escola, legalmente, é o espaço que deve garantir uma abordagem de ensino que inclua educação para as drogas, no entanto, é necessário que a gestão escolar, juntamente com a família e a comunidade desenvolvam ações que promovam um ambiente favorável para o

debate. Albertani e Sodelli (2014), apontam princípios norteadores básicos para se trabalhar um projeto preventivo sobre o uso nocivo de drogas, com três frentes de atuação, o primeiro é a forma que a escola se constituirá no seu projeto político-pedagógico, e nos modos como enxerga seus alunos e o que espera onde eles cheguem, constituindo-se num espaço de acolhimento e afetividade. A segunda frente seria o desenvolvimento de habilidades, visando capacidades reflexivas e críticas, que contribuam para tomada de decisões e resoluções de problemas, estimulando a autoestima e a afetividade. E a terceira frente, são ações explícitas sobre drogas e seus usos, assim: “O objetivo deste foco do trabalho é dar elementos para que os alunos (que vivenciam um ambiente escolar acolhedor e participativo e estão desenvolvendo suas habilidades pessoais e sociais) tenham fundamentos teóricos e factuais para fazer suas escolhas.”(Albertani , Sodelli, 2014).

Dar protagonismo aos jovens sobre as próprias escolhas, porém, fundamentadas em dados científicos, analisando comportamentos predominantes na sociedade, e nas mídias de informação.

Referências Bibliográficas

ACSELRAD, Gilberta. Drogas, a Educação para a Autonomia como garantia de direitos. s. R EMERJ, Rio de Janeiro, v. 16, n. 63 (Edição Especial), p. 96 - 104, out. - dez. 2013. Disponível em: https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista63/revista63_96.pdf

ADADE, Mariana; MONTEIRO, Simone. Educação sobre drogas: uma proposta orientada pela redução de danos. **Educação e Pesquisa**, [S.L.], v. 40, n. 1, p. 215-230, 7 jun. 2013. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1517-97022013005000009>.

ALBERTANI, Helena, SODELLI, Marcelo - Drogas e educação: a escola (real) e a prevenção (possível). In *Prevenção ao uso de álcool e outras drogas no contexto escolar* /Telmo Mota Ronzani, Pollyanna Santos da Silveira(Org.). – Juiz de Fora : Ed. UFJF, 2014. Disponível em: <https://dspace.mj.gov.br/handle/1/12697>

BASTOS, Francisco Inácio Pinkusfeld Monteiro et al. (Org.). III Levantamento Nacional sobre o uso de drogas pela população brasileira. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ICICT, 2017. Disponível em: [https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/iciict/34614/III%20LNUD_PORTUGU%c3%8a S.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/iciict/34614/III%20LNUD_PORTUGU%c3%8a%20S.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 06 Fev 2025.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 14 fev. 2025.

BRASIL. Constituição (1990). Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente Brasil, Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 20 fev. 2025.

BRASIL. (1996). Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Presidência da República. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf. Acesso em 20/11/2024.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais : introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1997. Volume 9.2. Pág. 80. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro092.pdf>

BRASIL. Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar : Análise de indicadores comparáveis dos escolares do 9º ano do ensino fundamental municípios das capitais: 2009/2019 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro : IBGE, 2022.

BRASIL DE FATO: Cauim, a bebida ritual dos índios. Brasil, 01 fev. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/colunista/joana-monteleone/2019/09/06/cauim-a-bebida-ritual-dos-indios/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

BRUSAMARELLO, Tatiana MAFTUM, Mariluci Alves, MAZZA, Veronica Azevedo, SILVA, Angela Gonçalves da, SILVA, Thaise Liara da, OLIVEIRA, Vania Carvalho. Papel da Família e da Escola na Prevenção do Uso de Drogas pelo Adolescente Estudante. *Cienc Cuid Saúde* 2010. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CiencCuidSaude/article/download/13828/7196/>

COELHO, Francisco J F, MONTEIRO, Simone. Educação Sobre Drogas: Um Olhar Transversal Rumo À Democracia. IX Seminário Internacional Redes Educativas e Tecnologias. Rio de Janeiro. 2017. Disponível em: https://www.gped.net/_files/ugd/f0b277_e4152e5826c84653b15d86aa6798f31e.pdf. Acesso em: 12 out.2024.

COELHO, Francisco J F, MARTINHON, Priscila Tamiasso-, SOUSA, Célia. História, Ciência E Reflexões: Uma proposta transdisciplinar da inclusão de debates sobre drogas na escola. *Rev Scientiarum historia IX*, 9º Congresso de História das ciências e das técnicas e epistemologia. 2016. Disponível em: https://www.gped.net/_files/ugd/f0b277_8cca61e1905348629043d4c5bf716430.pdf

CUTTS, Steve Happiness, Publicado em 27/11/2017. Youtube. Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=e9dZQelULDk>

DE JESUS, Isabel, OLIVEIRA, Marcia A F, SANTOS, Vanessa TC, CARVALHO, Patrícia A L, Andrade LM, Pereira LC, et al. Percepção de estudantes da educação básica sobre drogas: um olhar à luz de Merleau-Ponty *Rev Gaúcha Enferm.* 2017;38(4):e65013. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1983-1447.2017.04.65013>.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. Paz e Terra. 1996. 25ª edição. São Paulo, 2004.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro. 1996 Paz e Terra, 2008.

GRUPO DE PESQUISA EDUCAÇÃO E DROGAS – GPED. 2025. Coordenadores: Maria de Lourdes Silva e Francisco José Figueiredo Coelho. UERJ. Rio de Janeiro. Disponível em <https://www.gped.net/>.

LEMGRUBER, Julita (coord.). Tiros no futuro: Impactos da guerra às drogas na rede municipal de educação do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: CESeC, fevereiro de 2022. Disponível em:

<https://cesecseguranca.com.br/textodownload/tiros-no-futuro-impactos-da-guerra-as-drogas-na-rede-municipal-de-educacao-do-rio-de-janeiro/>

MARÉ DE NOTÍCIAS: Polícia Militar bloqueia vias de acesso a favelas da Maré na 38ª operação no bairro. Rio de Janeiro, 23 set. 2024. Disponível em: <https://mareonline.com.br/policia-militar-bloqueia-vias-de-acesso-a-favelas-da-mare-na-38o-operacao-no-bairro/>. Acesso em: 15 out. 2024.

MOREIRA, Fernanda Gonçalves; SILVEIRA, Dartiu Xavier da; ANDREOLI, Sergio Baxter. Redução de danos do uso indevido de drogas. *Ciência & Saúde Coletiva*. ABRASCO - Associação Brasileira de Saúde Coletiva, v. 11, n. 3, p. 807-816, 2006.

MOREIRA, André; VÓVIO, Claudia Lemos; MICHELI, Denise de. Prevenção ao consumo abusivo de drogas na escola: desafios e possibilidades para a atuação do educador. *Educação e Pesquisa*, [S.L.], v. 41, n. 1, p. 119-135, mar. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1517-97022015011670>.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE: Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID-10: Descrições Clínicas e Diretrizes Diagnósticas. Tradução: Dorgival Caetano, 1ªed. Porto Alegre: Artes Médicas, 69-82, 1993. Disponível em: <https://blogpsicologiablog.files.wordpress.com/2011/09/magali-cid-10.pdf>

RONZANI, Telmo Mota. SILVEIRA, Pollyanna Santos Da (ORGANIZADORES). Prevenção ao uso de álcool e outras drogas no contexto escolar. Editora UFJF, Juiz de Fora, 2014. Disponível em: <https://dspace.mj.gov.br/handle/1/12697>. Acesso em: 07 Maio 2024.

REDES DA MARÉ. Censo Populacional da Maré – Rio de Janeiro : Redes da Maré, 2019. Disponível em: <https://www.redesdamare.org.br/br/info/12/censo-mare>. Acesso em 10 dez.2024.

SILVA, Maria de Lourdes, COELHO, Francisco. A educação sobre drogas no Brasil diante do novo ordenamento legal. *Linhas Críticas*, 2022. Disponível em https://www.gped.net/_files/ugd/f0b277_63dd407012d34a8e8c4ed7ec141009ec.pdf. Acesso em: 07 Maio 2024.

SODELLI, M. A abordagem de Redução de Danos Libertadora na Prevenção: ações redutoras de vulnerabilidade. In E. A. Silva, & D. Micheli (Orgs.), *Adolescência – uso e abuso de drogas: Uma visão integrativa*. São Paulo: Ed. Fap-Unifesp.2011

Anexo**A: Questionário 1 - Aplicado ao final do primeiro dia do encontro.**

Questionário - Inicial

Informe os dados:

Idade: _____ Ano/Série _____.

Gênero: _____ Mora na Maré: () SIM () Não, onde? _____.

1 - Teve algum contato ou faz uso de drogas?

() Sim

() Não

2- Se a resposta da questão 1 for negativa, já pensou em experimentar?

() Sim

() Não

3 - Se a resposta da questão 1 for positiva, com que frequência você faz uso de drogas?

() Uso Diário

() Uso Semanal

() Somente em algum evento (festas, baladas, bailes, shows)

4 - Em quais espaços você teve/tem frequentemente mais contato com drogas?

Casa () Rua () Pracinhas () Shows () Festas () Bailes () Encontro com amigos

() Escola. Outros: _____

5 - Das drogas descritas abaixo, qual(is) você já fez uso

() Álcool.

() Cigarro.

() Bebidas Energéticas (REd bull).

() Maconha.

() Cocaína.

() Crack.

() LSD (ácido ou doce).

() Êxtase (balinha).

() MD (cristal).

() Heroína.

() Solventes (loló, cola)

() Opioides (analgésicos, como a morfina).

() Café

() Antiepiléticos.

() Sibutramina ou Anfetaminas (para perda de peso).

() Chás de lírio, trombeta, cogumelo, santo daime.

() Refrigerantes

() Açúcar

() Descongestionantes (Neosoro)

() Anabolizantes

() Outras: _____

6 - Das drogas citadas na questão 5, tinha desconhecimento sobre alguma? Qual(is)?

7 - Das drogas citadas na questão 5, quais você acha a mais danosa aos jovens? Por quê?

Anexo**B: Aplicado ao final do primeiro último encontro.**

Questionário - Final

Informe os dados:

Idade: _____ Ano/Série _____.

Gênero: _____ Mora na Maré: () SIM () Não, onde? _____.

1 - Considerando o que conversamos até agora, você pensa que seja papel da Escola discutir a temática das drogas no cotidiano escolar? Por quê?

2 - Que tipo de experiências sobre a temática das drogas você já teve no seu percurso escolar? Descreva-as.

3 - Considerando as disciplinas/matérias que você tem na escola, qual delas deveria ter esclarecimentos e debates sobre drogas? Por quê?

4 - Você acredita que outros profissionais, além do professores, poderiam vir para a escola dialogar sobre a temática das drogas? Descreva quais?

5 - Descreva uma ou mais atividades que a escola poderia desenvolver para conversar sobre drogas.
